

NOTA TÉCNICA N.º 2/UA II/POPH/2011

A presente Nota Técnica tem por objectivo estabelecer um conjunto de prioridades e de orientações vinculativas a aplicar no presente período de candidaturas aos cursos EFA e Formações Modulares Certificadas.

1. PRIORIDADES

- 1.1 Na selecção de candidaturas a cursos EFA será dada prioridade à formação destinada a pessoas desempregadas à procura de novo emprego.
- 1.2 A selecção de Cursos EFA e de Formações Modulares Certificadas tem como referência os Documentos em anexo (Documentos 1 e 2) – produzidos pela Agência Nacional para a Qualificação, I.P., ao abrigo das competências que lhe foram atribuídas pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho – que estabelecem o referente das necessidades formativas, desagregado por Nível Básico e Nível Secundário e por áreas de educação-formação, associadas às modalidades de Formações Modulares Certificadas e “Cursos de Educação e Formação de Adultos” (Cursos EFA) de dupla certificação, em cada NUT III de Portugal Continental, com vista a garantir uma maior articulação entre as necessidades específicas de cada território e as ofertas formativas localmente disponibilizadas.
- 1.3 Na selecção dos cursos e áreas de educação-formação serão tidos em conta os quatro níveis de prioridade estabelecidos (de nível 4: prioridade mais elevada a nível 1: prioridade mais baixa) de acordo com os seguintes parâmetros:

- 1.3.1. Os cursos associados a áreas de educação-formação e níveis de escolaridade aos quais, na respectiva NUT III, correspondem prioridades mais elevadas, são mais valorizados para efeitos de selecção.
- 1.3.2. Esta valorização pode ser excepcionada nos casos em que o número total de candidaturas apresentadas por diversas entidades formadoras a um mesmo curso condicione a racionalização nas aprovações atribuídas, evitando-se deste modo o risco de excesso de oferta formativa relativa a determinados cursos específicos.
- 1.3.3. Em casos excepcionais as prioridades de nível inferior podem ser valorizadas tendo em conta outros factores, designadamente a identificação de projectos com impacto económico e/ou social relevante no território.
- 1.3.4. A fundamentação das candidaturas pode ser reforçada através da apresentação de um documento anexo ao formulário de candidatura, através do SIIFSE, no campo específico, imediatamente antes da sua submissão, contendo fundamentação dos cursos candidatados, que deve ser objectiva e rigorosa, na medida em que constitui um factor determinante nos processos de tomada de decisão.

2. ORIENTAÇÕES VINCULATIVAS

- 2.1 Toda a formação integrada nestas candidaturas terá que iniciar durante o ano de 2012.

- 2.2 Cada entidade só pode apresentar uma candidatura por região, sem prejuízo do disposto nos dois pontos seguintes.
- 2.3 Os cursos EFA Escolares, previstos no n.º 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março, terão que constar de candidatura autónoma dos restantes cursos EFA de dupla certificação.
- 2.4 No caso de Formações Modulares Certificadas da componente de base promovidas por escolas do ensino básico ou secundário, terão igualmente que constar de candidatura autónoma, para efeitos de aplicação do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do respectivo Regulamento Específico.
- 2.5 As entidades que, pela sua natureza, possam optar entre as Direcções Regionais de Educação e as Delegações Regionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional, para efeitos de aprovação pedagógica dos cursos EFA, deverão dirigir-se a apenas um daqueles organismos para a totalidade dos cursos submetidos a financiamento no âmbito de uma candidatura.
- 2.6 Previamente à submissão da candidatura em SIIFSE, todos os cursos EFA deverão estar no estado de “candidatura submetida” em SIGO.
- 2.7 Realça-se que o conceito de “outro operador” previsto no artigo 15.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, considera as entidades sem fins lucrativos que prossigam actividades no âmbito do desenvolvimento social, desde que a natureza das acções a desenvolver esteja directamente relacionada com o seu objecto ou missão social. Nestes termos, considera-se que tal natureza é aferida pela coerência das áreas de educação e formação candidatas com os serviços que constituem as actividades principais dessas entidades.

Lisboa, 3 de Outubro de 2011

ANEXOS:

Doc. 1 – Referente de Necessidades Formativas – Cursos de Educação e Formação de Adultos

Doc. 2 – Referente de Necessidades Formativas – Formações Modulares Certificadas